

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — Dayd Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacif — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Lesso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eicy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacif — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris-Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lesso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Loris Cordato de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lesso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

RESOLUÇÃO N.º 25/74

DATA: 29 de agosto de 1974

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de Defesa Sanitária no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 27 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver as atividades de defesa sanitária no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo "Dezenove de Dezembro", em 29-08-74.

(a) JOAO MANSUR — Presidente

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 155.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 17 de Setembro de 1974 - (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado David Federmann, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Marciano Baraniuk.

As 14:00 horas e registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguiñaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Emílio Carazzai — Haroldo Bianchi — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo e Wilson Brandão (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 34 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 174-74, Veto parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 102-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 34-74, que dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Escrivães do Crime e de Menores Oficiais de Justiça, Comissão de Vigilância de Menores, Porteiro de Auditório e Auxiliar de Cartório, do Quadro de Funcionários da Justiça. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, quarta-feira, dia 18, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33-74.
Fica marcada ainda, uma Sessão Extraordinária, para quinta-feira, dia 1.ª, às 9:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33-74.
Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 156.ª Sessão Ordinária
Realizada em 17 de Setembro de 1974 - (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado David Federmann, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Marciano Baraniuk.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguiñaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Emílio Carazzai — Haroldo Bianchi — Leopoldo Jacomet — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

OFÍCIOS:

Sch o n.º 002139-74, do Senhor Desembargador ARTHUR HERÁCLIO GOMES FILHO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, acusando o recebimento do Ofício SC/2283-74, pelo qual foi comunicada a concessão do registro dos Senhores JAYME CANET JUNIOR e OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JUNIOR, como Candidatos da Aliança Renovadora Nacional, aos cargos eletivos de Governador e Vice-Governador do Estado. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 89-74, do Senhor EDUARDO TAVARES PEREIRA, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, comunicando que aquela Associação e a APROPAL, farão realizar em Paranavai, no dia 1.º-9-74, às 9:00 horas, a 6.ª Sessão da Assembleia Geral Extraordinária, conjunta com a Associação dos Professores Licenciados do Paraná e Associação dos Professores de Palmas. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor OSIRES RAMINO DE ASSIS Presidente da Associação dos Servidores Municipais de Paranavai, ASEMPAR, comunicando haver sido empossado a nova Diretoria daquela Associação. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 02-699-74, do Senhor Doutor ARMANDO MOIOLI, Presidente da Câmara Municipal de Osasco, encaminhando cópia de Requerimento do Senhor Vereador JOSÉ ANTONIO COUZO AREVALO e outros, comunicando o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido que se consigne o Dia da Empregada Doméstica. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução n.º 33-74 e de Lei n.º 286-73.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção na Ata de nossos trabalhos de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, dia 13 próximo passado, do Senhor Odilon Zapparoli Paqueta, filho de Anchises Soares Paqueta e D.ª Maria Stella Zapparoli Paqueta. O extinto deixou os seguintes irmãos: Alir Zapparoli Paqueta, casado com o Dr. Osni Muniz, Pedro Soares Paqueta Sobrinho, casado com a Sra. Alzira e Sr. Osiris Zapparoli Paqueta.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1974.

(a) Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER a inserção em Ata de um voto de profunda consternação pelo passamento da veneranda dama Zeni Fajol Souza Araújo, viúva do saudoso professor Hostílio de Souza Araújo. Pertencendo a tradicional família paranaense, entretida, por descendência ilustre, com tantas outras da nossa melhor sociedade, o seu falecimento constituiu notícia entristecedora aos que, pela convivência, aprenderam a admirar as excelsas virtudes da distinta dama.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa, acompanhada de manifestação de profundo pesar e de cópia deste requerimento, comunicada à família enlutada, com endereço à Avenida Senador Souza Naves, n.º 1.080, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Celso Sabóia, presidente do Banco do Estado do Paraná S. A., no sentido de que seja estudada a possibilidade da instalação de uma Agência do referido estabelecimento na progressista região de Santa Bárbara.

Justifica-se plenamente a instalação de uma agência bancária naquele Distrito não só pela excelente arrecadação mas principalmente por se tratar de uma região das mais promissoras e ricas do Município de Santa Cecília do Pavão. O seu crescente desenvolvimento se faz sentir constantemente, não podendo desta forma prescindir de tão importante estabelecimento de crédito.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1974.

(a) Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja endereçado ofício, contendo apelo, ao Governador Emílio Gomes, no sentido de que determine aos órgãos competentes, a elaboração de estudos visando a possibilidade de manter, no País e no Exterior, elementos altamente categorizados para acompanhar, junto às bolsas de produtos agrícolas, as suas cotações e as variações, a curto, médio e longo prazo, em decorrência de problemas que podem ocorrer em suas safras, em razão de fatores diversos, a fim de, através da Secretaria da Agricultura do Paraná, possam os nossos agricultores acompanhar a real situação do mercado e, assim, comercializar os seus produtos, na época mais apropriada e, com isso, auferir lucros mais compensadores.

Sala das Sessões em 17 de setembro de 1974.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O nosso objetivo, ao apresentar este Requerimento, é proteger os altos interesses dos nossos agricultores na comercialização de seus produtos. Com tal medida, também, a economia estadual seria altamente beneficiada e os estímulos à lavoura são mais do que evidentes.

Acresce salientar, ainda, que o Paraná é um Estado essencialmente agrícola e todas as atenções governamentais se justificam no amparo aos nossos agricultores.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja endereçado Ofício, contendo apelo ao Governador Emílio Gomes no sentido de que determine aos órgãos competentes, a elaboração, em caráter urgente, de estudos visando o fortalecimento das cooperativas agrícolas.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1974.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O que visamos com este apelo a Sua Excelência o Senhor Governador Emílio Gomes, é estimular a agricultura paranaense, através de suas cooperativas. Em nossa recente viagem ao interior do Estado, cobrindo já mais de cem Municípios, estamos verificando "in loco" o funcionamento de nossas cooperativas agrícolas, principalmente. E estamos chegando à conclusão de que, se o Governo estadual propiciar um maior fortalecimento a essas cooperativas, os agricultores passarão a obter melhores preços na comercialização de seus produtos. Além do mais, com o estímulo governamental ao movimento cooperativista agrícola, maior número de filiados passarão a integrar esse movimento. A medida viria, sem dúvida alguma, ao encontro não só dos interesses da economia estadual, como de resto, beneficiará aos proprietários e trabalhadores rurais, que terão mais renda e conseqüentemente maior poder aquisitivo.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, seja endereçado Ofício, em forma de apelo ao Governador Emílio Gomes, no sentido de que constitua uma Comissão de Alto Nível, para proceder estudos, em caráter de urgência, visando a implantação de seguro agrícola em nosso Estado.

Sala das Sessões em 17 de setembro de 1974.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O que visamos com este Requerimento, é que Sua Excelência o Senhor Governador Emílio Gomes determine a constituição de uma Comissão de Alto Nível, integrada por agricultores experientes, economistas, advogados especializados e outros elementos do setor, no sentido de que elaborem estudos visando a implantação do seguro agrícola.

O nosso objetivo em última análise, é proteger os agricultores contra as ameaças constantes às suas safras, não só pelos fenômenos climáticos, como também contra pragas, etc.

Não raro, os nossos agricultores são assolados por fenômenos climáticos ou pragas, sem que tenham qualquer proteção à sua economia. A implantação do seguro agrícola representará, sem dúvida alguma, segurança aos agricultores que, assim, se sentirão mais estimulados no desenvolvimento de suas atividades.

Requerimento

Senhor Presidente.

Requiro à Mesa ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao médico veterinário, pelo transcurso no dia 09 do corrente, do "Dia do Médico Veterinário".

A nobre profissão de médico veterinário, nem sempre é convenientemente compreendida e valorizada como o deveria ser.

Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, de que ela diz muito respeito à segurança do povo em seus múltiplos aspectos. Frisamos apenas dois deles: A segurança na vivência do homem com os animais, principalmente os domésticos, e que diz respeito às doenças transmissíveis; e em segundo lugar, no vasto campo da prevenção a enfermidades próprias dos animais usadas para a alimentação humana.

Assim justo é que homenageemos o médico veterinário, reconhecendo nele a imprescindibilidade de seus trabalhos para o perfeito e salutar convívio social.

Requiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Dr. José Daniel Van der Broock Filho, para que cientifique a classe da homenagem que o povo paranaense lhes presta, como reconhecimento pelo trabalho profissional por eles incessantemente desenvolvido.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1974.

(a) Igo Losso

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 160-74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP — objetivando contratação de Técnicos para exercerem atividade que específica, junto aos municípios associados. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 235-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que denomina "Antônio Pereira de Carvalho" a Escola Técnica de Comércio do Município de Alto Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 264-73, de autoria do Deputado João Mansur, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Nordeste Paranaense" — AMUNPAR — com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 108-74, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária — INCRA — visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias o prazo da Cláusula 6.a do Convênio celebrado em 13-11-72, entre as mesmas partes. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47-74, de autoria do Deputado Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-74, de autoria do Deputado Antônio Belinatti, que dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6.531, de 22 de abril de 1974. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91-74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Religiosa Seicho-No-Ie do Brasil", com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 27-74, que dispõe sobre a abertura de um crédito no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros), para atender despesas com o Pessoal Temporário da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

MENSAGEM — 27-74

Curitiba, 13 de maio de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.494, de 3 de dezembro de 1973, destinado ao atendimento de despesas com pessoal temporário regido pela C.L.T., da Secretaria de Viação e Obras Públicas, na forma que especifica.

O crédito especial cuja autorização para abertura constitui objeto do Plano de Lei ora encaminhado a essa augusta Casa de Leis, destina-se, como a própria dotação esclarece, ao pagamento de "Contribuições de Previdência Social", relativas ao pessoal temporário sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, conforme especifica, no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros), destinado a atender despesas com o Pessoal Temporário, regido pela C.L.T., da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

UNIDADE: GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

ATIVIDADE: PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DOTAÇÃO: 4203.0108.2003

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social Cr\$ 36.500,00

UNIDADE: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

DOTAÇÃO: 4204.0101.2002

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social Cr\$ 24.700,00

T O T A L Cr\$ 61.200,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.494, de 3 de dezembro de 1973.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, favelegadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 69-74

Tendo como origem a Mensagem n.º 27-74, o Projeto de Lei ora em exame pretende a aprovação da Casa para uma abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com pessoal temporário, regido pela C.L.T., da Secretaria de Viação e Obras Públicas, na forma que especifica.

A matéria obedece as disposições da Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964, estando, portanto, juridicamente amparada.

Pela aprovação.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fábio Braga Cortes — Presidente.

Paulo Camargo — Relator.

Ovidio Franzoni

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO
PROJETO DE LEI N.º 69-74

Autor: PODER EXECUTIVO

NO MERITO: — Trata-se de matéria da competência exclusiva do Poder Executivo, perfeitamente enquadrada dentro dos procedimentos legais e que não merece qualquer reparo por parte desta Comissão.

Somos, portanto, pela APROVAÇÃO.
Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1974.
Quelise Crisóstomo — Presidente.
Gilberto Carvalho — Relator.
(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72-74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos Mudos do Paraná", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado

PROJETO DE LEI N.º 72-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos Mudos do Paraná, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1974.
Ivo Thomazoni — Líder do Governo.

JUSTIFICATIVA:

Tal reconhecimento de utilidade pública pelo Estado do Paraná, à Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação dos Surdos Mudos do Paraná, seria apenas o reconhecimento oficial dos serviços altamente relevantes prestados pela Associação à Sociedade do Paraná.

Os benefícios decorrentes desta Lei proposta auxiliariam a Associação a desenvolver seus serviços, o que viria ao encontro dos interesses do Estado, no campo de Assistência Social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 72-74

1 — Visa a presente proposição de autoria do ilustre Deputado Ivo Thomazoni, declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos Mudos do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

2 — Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

a) — que está em efetivo funcionamento e que serve desinteressadamente à coletividade;

b) — que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas; e

c) — que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Fica ao exposto, não vemos qualquer impedimento, tanto de ordem legal ou constitucional, que se lhe anteponha, daí nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.
Fabiano Braga Côrtes — Presidente.
Paulo Camargo — Relator.
(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 32-74, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), para despesas com auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural —, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA.

MENSAGEM — 32-74

Curitiba, 17 de junho de 1974.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a concessão de auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural —, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, conforme a discriminação que especifica.

Como recurso para cobertura do crédito especial cuja autorização para abertura é solicitada a essa Augusta Casa de Leis, é prevista, conforme exige a Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964 (Normais Gerais do Direito Financeiro), autorização a fim de que o Poder Executivo utilize igual importância proveniente do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial da FIDES, em 1973.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), para atender despesas com a concessão de auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural —, da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL — ENTIDADES SOCIAIS — FIDES
PROGRAMA: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO
ATIVIDADE: ADMINISTRAÇÃO GERAL
DOTAÇÃO: 7101.0301.2301
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.1.0 — Subvenções Sociais Cr\$ 568.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar igual importância proveniente do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1973, da Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais — FIDES.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 113-74

I) — Amparado pela Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964, o Poder Executivo está utilizando a importância objeto deste crédito especial, proveniente do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial da "FIDES", em 1973.

II) — O Projeto, de iniciativa do Poder Executivo, está amparado pelos arts. 35 e 47, em seu inciso I, da Constituição Estadual. Assim sendo, do aspecto constitucional, legal e jurídico, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nada temos a opor.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Antônio Lopes Júnior — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 113-74

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei ora em exame pretende autorização da Casa para a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a concessão de auxílio à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, com discriminação específica.

Do ponto de vista financeiro, que me cabe examinar, a propositura está conforme.

Peça APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1974.

Quelise Crisóstomo — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43-74, que objetiva criar os cargos que especifica, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria da Educação e Cultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA.

MENSAGEM — 43-74

Curitiba, 22 de junho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos que especifica, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria da Educação e Cultura.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois a pretendida criação de cargos virá dotar o Setor Educacional do Estado do necessário número de Professores, Orientadores e Supervisores de Ensino, conforme constam recentes levantamentos efetuados pelos órgãos competentes da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

Por outro lado, vale ressaltar que a medida proposta foi elaborada em consonância com as normas emanadas da Legislação Federal que versa sobre a reforma do ensino, que, no Paraná, vem sendo progressivamente implantada.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, 1.700 (um mil e setecentos) cargos de Professor de Ensino Médio, nível 22 (Licenciado) a serem preenchidos no ensino de 2.º grau, por professores licenciados em curso superior de formação pedagógica, através de concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único — Os cargos criados por este artigo terão obrigatoriamente a seguinte destinação:

I — 250 (duzentos e cinquenta) a matérias técnicas profissionalizantes em estabelecimentos de ensino da Capital e interior do Estado;

II — 150 (cento e cinquenta) a Educação Física em estabelecimentos de ensino do interior do Estado; e

III — 1.100 (um mil e cem) cargos aos estabelecimentos de ensino do interior do Estado, excluídas as cidades sedes das unidades pólo.

Art. 2.º — Para os efeitos desta Lei, são consideradas matérias técnicas profissionalizantes aquelas que assim forem definidas através de Resolução do Conselho Estadual da Educação.

Art. 3.º — Ficam, ainda, criados no Quadro Próprio do Magistério, 50 (cinquenta) cargos de Orientador Educacional, nível 22, a serem preenchidos através de concurso público de provas e títulos, por profissionais especialistas licenciados em curso superior de formação pedagógica, com habilitação em orientação educacional.

Art. 4.º — No referido Quadro Próprio do Magistério, ficam também criados 50 (cinquenta) cargos de Supervisor de Ensino, nível 22, para preenchimento mediante concurso público de provas e títulos, por profissionais especialistas licenciados em curso superior de formação pedagógica, com habilitação em supervisão de ensino.

Art. 5.º — A jornada semanal de trabalho dos ocupantes de cargos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino é de trinta e duas e meia horas.

Art. 6.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da verba própria do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO
PROJETO DE LEI N.º 115-74

SÚMULA: Cria cargos no Setor Educacional do Estado.

I) — O Plano de Lei objeto de exame nesta Comissão, pretende criar cargos na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura. Vai dotar o Setor Educacional de um maior número de Professores, Orientadores e Supervisores de Ensino.

II) — O Projeto, de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, está amparado pelo § 1.º, letra "b" do art. 25 da Constituição Estadual. Além do mais, o Excelentíssimo Senhor Governador, tendo em vista a importância da matéria, invocou o dispositivo contido no § 3.º do mesmo art. acima citado, o qual exige que a matéria seja apreciada dentro de quarenta e cinco dias. Analisado portanto, sob a forma legal, jurídica e constitucional, nenhum impedimento existe que possamos antepor ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 02-03-74.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Antonio Lopes Junior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO
PROJETO DE LEI N.º 115-74

NO MERITO

O Projeto de Lei em pauta, de iniciativa do Poder Executivo, já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e, no que diz respeito à sua urgência e oportunidade, leve-se em consideração que o próprio autor da Mensagem invoca o preceito contido no § 3.º do Art. 25 da Constituição Estadual.

Facé ao exposto, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1974.

Quêlse Crisóstomo — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 44-74, que visa estabelecer nos termos da Legislação Federal específica, novos níveis para as Alíquotas do I.C.M. (Imposto Circulação de Mercadorias) a partir do exercício financeiro de 1975. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

44-74

Curitiba, 25 de julho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa estabelecer, nos termos da Legislação Federal específica, novos níveis para as alíquotas do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) a partir do exercício financeiro de 1975, em relação às operações internas, interestaduais e de exportação.

A inclusa cópia autência do Ofício n.º 499-74, de 22 de julho de 1974, do Senhor Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda, diz, com mais detalhes, sobre a necessidade e interesse público da medida ora submetida a exame dessa Augusta Casa de Leis.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMILIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Para os fatos imponderáveis que ocorrerem a partir de 1.º de janeiro de 1975 as alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias terão as seguintes relações percentuais:

I — nas operações internas, 14,5% (quatorze e meio por cento) em 1975 e 14% (quatorze por cento) após 31 de dezembro de 1975;

II — nas operações interestaduais, 12% (doze por cento) em 1975 e 11% (onze por cento) após 31 de dezembro de 1975;

III — nas operações de exportação, 13% (treze por cento).

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

Of. n.º 499-74

Curitiba, 22 de julho de 1974.

Senhor Governador

A Resolução n.º 58 de 3 de dezembro de 1973 do Senado Federal estabeleceu, de acordo com o § 5.º do art. 23 da Constituição, novas alíquotas máximas para o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM).

As atuais alíquotas vigentes no Estado do Paraná, em consonância com a Resolução anterior do Senado, sob n.º 65 de 19 de agosto de 1970, estão fixadas no art. 3.º da Lei n.º 6.364 de 29 de dezembro de 1972.

A fixação de alíquota está vinculada ao princípio da reserva legal, nos precisos termos do inciso IV do art. 97 do Código Tributário Nacional, razão por que submeto a apreciação de Vossa Excelência o incluso esboço de lei que visa estabelecer novos níveis para as alíquotas do ICM, a partir de 1975, em relação às operações internas, interestaduais e de exportação, com a observância dos parâmetros da Resolução n.º 58-73, antes mencionada.

Vejo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de real estima e consideração.

a) AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO
Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor
Doutor EMILIO H. GOMES
Digníssimo Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER
AO
PROJETO DE LEI N.º 116-74

I) — A Mensagem ora encaminhada, propõe alteração nas alíquotas do ICM a partir do próximo exercício. Está baseada na legislação federal própria e segundo se depara pelo Ofício encaminhado do Secretário da Fazenda, ao Excelentíssimo Senhor Governador, a fixação de alíquota está vinculada ao princípio da reserva legal, nos termos do inciso IV do art. 97 do Código Tributário Nacional.

II) — A iniciativa é privativa do Poder Executivo, o qual solicitou que a matéria seja apreciada nos termos do § 3.º do art. 25 da Constituição Estadual.

III) — O Projeto é legal, constitucional, sendo o nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Antonio Lopes Junior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER
AO
PROJETO DE LEI N.º 116-74

I) — A redução das alíquotas referentes ao Imposto de Circulação de Mercadorias obedece ao que foi disciplinado pelo Senado Federal através da Resolução 58 de 03 de dezembro de 1973, e segundo estabelece o § 5.º do art. 23 da Constituição Federal. Referido preceito, determina a uniformização do percentual de imposto para todas as mercadorias, nas operações internas e interestaduais.

II) — No âmbito da Comissão de Finanças, nenhum óbice existe para antepormos ao Projeto, ressaltando-se entretanto que há necessidade de urgência na apreciação do Projeto, pelo fato de estar se expirando o prazo constitucional invocado pelo Poder Executivo. (§ 3.º do art. 25 da C.E.)

Nosso parecer é pela aprovação deste Plano de Lei.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1974.

Quêlse Crisóstomo — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Zeni Pujol Souza Araújo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja estudada a possibilidade da instalação de uma Agência do referido estabelecimento na região de Santa Bárbara. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine aos órgãos competentes, a elaboração de estudos visando a possibilidade de manter, no País e no Exterior, elementos altamente categorizados para acompanhar, junto às bolsas de produtos agrícolas, as suas cotações e as variações, a curto, médio e longo prazo, em decorrência de problemas que podem ocorrer em suas safras, a fim de através da Secretaria da Agricultura do Paraná, possam os nossos agricultores acompanhar a real situação do mercado e assim comercializar os seus produtos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine aos órgãos competentes, a elaboração, em caráter urgente, de estudos visando o fortalecimento das cooperativas agrícolas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que constitua uma Comissão de Alto Nível, para proceder estudos, em caráter de urgência, visando a implantação de seguro agrícola, em nosso Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem, no dia 9 do corrente, do "Dia do Médico Veterinário". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução n.º 33-74 e de Lei n.º 286-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Odilon Zappoli Paquete. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 30-74 e de Lei n.ºs. 264-73, 47-74, 64-74 e 91-74.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 69-74, 72-74, 113-74, 115-74 e 116-74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 286-73, 88-74, e marcando, ainda, Sessão para o dia 19, quinta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 161-73 179-74 e 229-73. Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.a REUNIAO ORDINARIA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões desta Casa, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, Sebastião Rodrigues Júnior, Ovidio Franzoni e Basílio Zanusso, este último especialmente convocado pelo Sr. Presidente. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Constatou da Hora do Expediente, ofício oriundo do Tribunal de Contas, reiterando solicitação feita na Proposição n.º 116-74, despacho para o Departamento Legislativo a fim de anexar o referido ofício à Proposição 116-74. A seguir passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 62-74, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Arquitecto José Marcos Loureiro Prado. Relator Deputado Antônio F. F. da Costa. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 78-74, de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato. Acrescenta ao artigo 59, da Lei n.º 6.364, de 29.12.72, o parágrafo que especifica. Relator Deputado Antônio Lopes Jr. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 94-74, de autoria do Sr. Deputado Igo Lossio. Declara de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede nesta Capital. Relator Dep. Antônio Loper Jr. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 95-74, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Cria uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Medianeira, com jurisdição que especifica. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 97-74, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso. Autoriza o P.E. doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, da data de terra que especifica. Relator Dep. Antônio Lopes Jr. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 98-74, de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto. Autoriza o P.E., através da SVOP, prestar auxílio, em forma de reparos, às Entidades Assistenciais que especifica. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 106-74, de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruct. Declara de Utilidade Pública a Sociedade Auxiliadora de Senhoras da Quarta Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 108-74, de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato. Declara de Utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. Relator Dep. Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 113-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 32-74, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial à FIDES. Relator Dep. Antônio Lopes Jr. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 115-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 43-74, encaminhando anteprojeto de Lei que cria cargos no Quadro Próprio do Magistério. Relator Dep. Antônio Lopes Jr. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 116-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 44-74, encaminhando anteprojeto de Lei que estabelece novos níveis para as alíquotas do ICM. Relator Dep. Antônio Lopes Jr. Parecer favorável. Aprovado. 12) — PROPOSIÇÃO N.º 158-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 38-74, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, para desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado. Relator Dep. Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 13) — PROPOSIÇÃO N.º 163-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 47-74, encaminhando cópia do convênio entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado, para estabelecimento do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 14) — PROPOSIÇÃO N.º 164-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 48-74, encaminhando cópia do convênio entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado, visando a Organização do Sistema Nacional de Laboratório de Saúde Pública. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os Relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 165-74 — 166-74 — 167-74 — 168-74 — 169-74 — 170-74 e 174-74, todos concluindo que os Vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário desta Casa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) Fabiano Braga Côrtes — Presidente
b) Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 21.a REUNIAO ORDINARIA

Aos três dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Basílio Zanusso, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 40-73 — de autoria do Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o P.E. a instituir a FESTA DO SOJA, no Município de Palotina, cuja efeméride dar-se-á no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares, a partir de 1975, e denomina o referido Município CAPITAL DO SOJA. PROJETO DE LEI N.º 33-74 — de autoria do Deputado Fud Naeli, que declara de utilidade pública o Centro Acadêmico CARLOTA MENEGHEL da Fundação Faculdade de Agronomia LUIZ MENEGHEL de Bandeirantes. PROJETO DE LEI N.º 42-74 — de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a ESCOLA SANTA MARCELINA, de Pirai do Sul. PROJETO DE LEI N.º 46-74 — de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o INSTITUTO DE REABILITAÇÃO, de Maringá. PROJETO DE LEI N.º 48-74 — de autoria do Deputado Antônio F. F. da Costa, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Eng.º Arturo Andreoli. PROJETO DE LEI N.º 81-74 — de autoria do Deputado Paulo Poli, que outorga o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Luiz Meneghel. PROJETO DE LEI N.º 90-74 — de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública a Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina, com sede em Londrina. PROJETO DE LEI N.º 114-74 — de autoria do Poder Executivo — Men-

sagem n.º 39-74, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado a despesas referentes a (Contribuições de Previdência Social), do Pessoal Temporário do Departamento de Divulgação do Estado. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lúlio Guimarães Sotio-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

za) Gabriel Manoel — Presidente
Lúlio G. Sotio-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 40-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a "FESTA DO SOJA" no Município de Palotina, a realizar-se no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares, a partir de 1975.

Parágrafo único. A Secretaria dos Negócios da Agricultura e os órgãos de divulgação do Estado, bem como a Paranatur e Farnapar realizarão entendimentos com o Município de Palotina, no sentido de disciplinar a participação do Estado na referida festividade.

Art. 2.º A cidade de Palotina, sede do Município do mesmo nome, é considerada a "Capital do Soja".

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1974.

za) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Antonio Lopes Juínor — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 83-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ACADEMICO CARLOTA MENEGHEL da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, da cidade de Bandeirantes.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1974.

za) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Antonio Lopes Juínor — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 42-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA PROFISSIONAL SANTA MARCELINA, com sede e foro na cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1974.

za) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Antonio Lopes Juínor — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 46-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO PARANAENSE DE REABILITAÇÃO — IPAR, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1974.

za) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Antonio Lopes Juínor — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 48-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica concedido ao Engenheiro ARTURO ANDREOLI, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1974.

za) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Antonio Lopes Juínor — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 81-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica concedido o título de CIDADÃO HONORARIO DO PARANÁ, ao Senhor LUIZ MENEGHEL.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1974.

za) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Antonio Lopes Juínor — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 90-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE CLARETIANA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA DE LONDRINA, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1974.

Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Antonio Lopes Juínor — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 114-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado a atender despesas com o Pessoal Temporário, regido pela C.L.T., do Órgão: Governo do Estado, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: GOVERNO DO ESTADO
UNIDADE: DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO DO ESTADO
PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO
SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO
ATIVIDADE: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DOTAÇÃO: 2007.0161 2004

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social Cr\$ 40.000,00

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 8.494, de 3 de dezembro de 1973.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1974.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Antonio Lopes Junior — Relatores

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

4.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Arizone M. de Araujo, David Federmann, Domicio Scaramella, Haroldo Bianchi. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Resolução: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n.º 164-74, oriunda de Mensagem Governamental n.º 48-74 — aprovando termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado, visando a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública. Relator: Deputado Haroldo Bianchi. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, a fim de que produza os efeitos legais.

a) Arizone Mendes de Araujo — Presidente
a) Elza Carneiro Camargo — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 22.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado Gabriel Manoel, de acordo com o que determina o Regimento Interno, em seu artigo 40. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Igo Iwant Losso, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 74-74 — de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que dá nova redação ao artigo 4.º, da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963. PROJETO DE LEI N.º 86-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 31-74, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva introduzir alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado. PROJETO DE LEI N.º 109-74 — de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que dá nova redação ao artigo 17, da Lei n.º 6.212 de 10 de setembro de 1971. PROJETO DE LEI N.º 110-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 36-74, encaminhando anteprojeto de lei que visa inserir o pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II, do artigo 23, da Constituição da República Federativa do Brasil, à Empresa Bi-Nacional de Itaipu. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Soto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Gilberto Carvalho — Presidente
a) Lélío G. Soto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 74-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. O artigo 4.º da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º. Por falecimento da beneficiária, ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes, das filhas solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecerem neste estado, ou, na falta destes, à companheira, provada esta condição nos termos da Legislação Federal pertinente”.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-9-74.

aa) Gabriel Manoel — Presidente
Igo Iwant Losso — Álvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 86-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam extintos na Secretaria do Tribunal de Justiça, por desnecessários, 2 (dois) cargos de Assistente e 2 (dois) de Assessor Jurídico, todos isolados e de provimento efetivo, cujos titulares já foram postos em disponibilidade remunerada proporcional ao tempo de serviço.

Art. 2.º — A carreira de Assistente Social prevista no número XII, do artigo 6.º da Lei n.º 5.846, de 23 de setembro de 1968, passa a compreender os níveis PJ-26 a PJ-28.

Parágrafo Único — Em virtude do disposto neste artigo, a carreira de Assistente Social fica constituída de 3 (três) cargos nível PJ-26; 3 (três) cargos nível PJ-27; e 2 (dois) cargos nível PJ-28.

Art. 3.º — Ficam criados nas carreiras de Assessor Administrativo e de Motorista dos Serviços Auxiliares Internos do Tribunal de Justiça, os seguintes cargos:

5 (cinco) cargos de Assessor Administrativo — PJ-23;
5 (cinco) cargos de Assessor Administrativo — PJ-22;
2 (dois) cargos de Motorista — PJ-18;
4 (quatro) cargos de Motorista — PJ-17;
4 (quatro) cargos de Motorista — PJ-16.

Art. 4.º — Ficam, ainda, criados, no Quadro dos Servidores Auxiliares Internos do Tribunal de Justiça, os cargos isolados, de carreira e em comissão, a seguir especificados:

I — ISOLADOS:

1 (um) cargo de Engenheiro — PJ-28;
1 (um) cargo de Arquiteto — PJ-28;
1 (um) cargo de Bibliotecário — PJ-26;
1 (um) cargo de Desenhista — PJ-20.

II — DE CARREIRA:

a) — De Contador:
1 (um) cargo de Contador — PJ-29;
1 (um) cargo de Contador — PJ-28.
b) — De Programador e Operador de Computador:
2 (dois) cargos de Programador de Computador — PJ-27;
1 (um) cargo de Programador de Computador — PJ-26;
1 (um) cargo de Operador de Computador — PJ-25;
1 (um) cargo de Operador de Computador — PJ-24;
1 (um) cargo de Operador de Computador — PJ-23.

III — EM COMISSÃO:

a) 1 (um) cargo de Zelador (do edifício sede do Palácio da Justiça), símbolo 5-C;
b) 2 (dois) cargos de Oficial de Gabinete, respectivamente, da 1.a e 2.a Vice-Presidências, símbolo 3-C.

Art. 5.º — O atual cargo isolado de provimento em Comissão de Diretor-Secretário passa a ter a denominação de Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, ficando fixados os vencimentos do mesmo em Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais.

Art. 6.º — O atual cargo isolado de provimento efetivo de Diretor Auxiliar, ao vagar, transformar-se-á em cargo em comissão, com a denominação de Vice-Diretor da Secretaria e vencimentos mensais de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros).

Art. 7.º — Aos ocupantes dos cargos de carreira de Médico, prevista na Lei n.º 5.846, de 23 de setembro de 1968, que integram os Serviços Auxiliares Internos do Tribunal de Justiça, cumpre, através de designação prévia do Presidente, constituir juntas para elaboração de laudos de inspeção de saúde para concessão de licença, investidura em cargo do Poder Judiciário e aposentadoria por invalidez, além de outras incumbências estabelecidas no regulamento próprio.

Art. 8.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Poder Judiciário.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor em 1.º de junho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-9-74.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.
Igo Iwant Losso
Álvaro Dias
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 109-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 17 da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 17 — As vantagens previstas nesta Lei, serão incorporadas aos proventos de inatividade, considerando para esse efeito que o funcionário ao se aposentar pertença ao quadro de funcionários do D.R.I., ou desampenhe em cargo de confiança da estrutura do Departamento de Renditas Internas”.

Art. 2.º — Ficam revogados os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, do artigo 17, da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-9-74.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.
Igo Iwant Losso
Álvaro Dias
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 110-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Tendo em vista o disposto nos artigos 97 e 98, VI do Código Tributário Nacional, combinado com o artigo XII, do Tratado aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 23, de 30 de maio de 1973 e promulgado através do Decreto n.º 72.707, de 28 de agosto de 1973, fica declarada à Empresa Bi-Nacional Itaipu, a isenção do pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II, do artigo 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2.º — Fica ao contido no artigo 179, do Código Tributário Nacional e na alínea “b” do artigo XII, do Tratado a que se refere este artigo, fica decla-

roda a isenção do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias nas saídas, promovidas pelos contribuintes com domicílio tributário no Estado do Paraná, em que a Empresa Bi-Nacional Itaipu seja adquirente ou destinatária.

Parágrafo único — A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda explicará, com base no inciso II, do artigo 52 da Constituição do Paraná, os deveres acessórios inerentes às isenções declaradas nesta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Sa'a das Comissões, em 11-9-74.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Igo Iwani Losso

Alvaro Dias

Relatores

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

ATA DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e quatro, às quinze horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor Deputado Francisco Borsari Netto, presentes os seguintes senhores Deputados: Antônio Belinatti, Lázaro Dumont e Francisco Escorsin.

Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à Ordem do Dia:

PROJETO DE LEI N.º 145-73 — de autoria do senhor Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção, a Rodovia que liga os municípios de Rio Negro e Antônio Olinto. Relator o senhor Deputado Lázaro Dumont. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 35-74 — de autoria do senhor Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga os municípios de Contenda e Balsa Nova. Relator o senhor Deputado Lázaro Dumont. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 39-74 — de autoria do senhor Deputado Arizone Mendes de Araújo, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio na cidade de Francisco Beltrão. Relator o senhor Deputado Lázaro Dumont. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 80-74 — de autoria do senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que dá nova redação ao Art. 1.º da Lei n.º 6.544, de 22 de maio de 1974. Relator o senhor Deputado Lázaro Dumont. Parecer favorável. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo senhor presidente assinada, bem como por mim secretário.

a) Francisco Borsari Netto — Presidente

a) Roberto Diniz Satyro — Secretário.